

“Portugal precisa da liquidez da China”

Mais do que retórica baseada no acordo de parceria estratégica, Portugal deve apostar na criação de oportunidades concretas de investimento chinês. A opinião é do investigador de ciência política, Arnaldo Gonçalves, que espera que a viagem do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Portas, à China abra a porta a esta nova realidade. Até porque, “Portugal precisa da liquidez da China” para enfrentar a crise económica que atravessa.

● Pedro Galinha • pedrogalinha.pontofinal@gmail.com

- Como se classifica a relação bilateral entre Portugal e China?

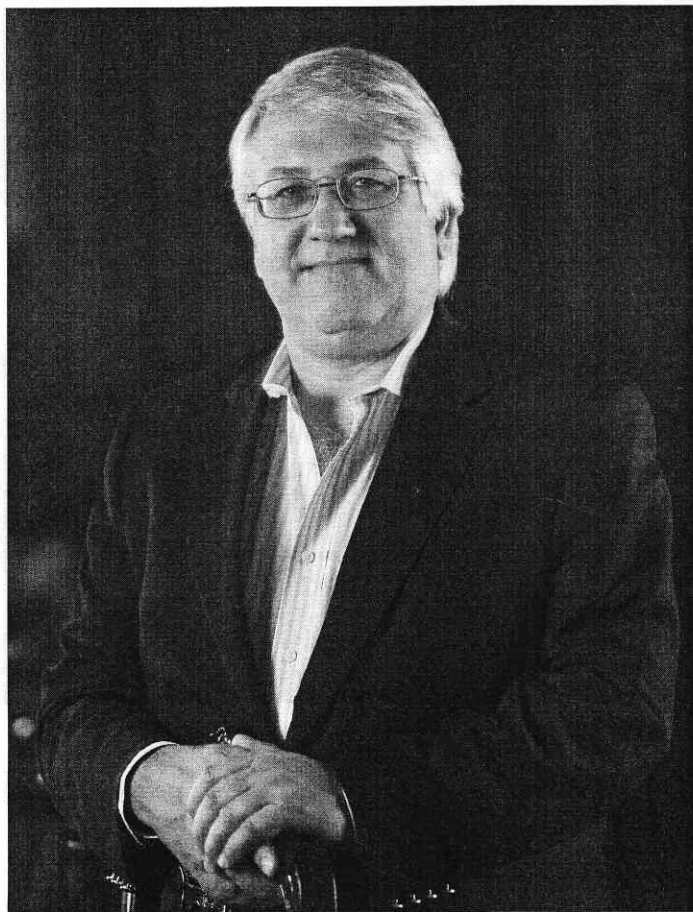
Arnaldo Gonçalves – Do ponto de vista formal e institucional, é uma relação cordial e próxima. Como tal, é querida pelos dois lados. Isso é claro e não mudou desde o Governo de José Sócrates. No entanto, o que se passa hoje não é igual ao que se registava há mais de 30 anos. Antigamente, a China foi olhada como destino de investimento português e das empresas portuguesas de baixa qualificação tecnológica. Portanto, pequenas e médias empresas, com produtos não muito sofisticados. Tudo ao nível das indústrias transformadoras. O grande esforço dos vários Presidentes da República que ainda tiveram a tutela de Macau foi incentivar esse investimento grosso da indústria tradicional portuguesa na China e reforçar a relação. Mas as coisas correram mal. Os investimentos pensados em Portugal para a China corriam bem no primeiro contacto, mas rapidamente deixávamos de ouvir falar deles. Hoje em dia, a China subiu como potência económica na cadeia de valor e faz parte da sua orientação estratégica criar filtros para a captação de investimento qualificado. A China só quer investimentos de empresas estrangeiras que providenciem média e alta tecnologia. Portugal tem um enorme dificuldade nesse aspecto. Por exemplo, não consegue fornecer tecnologia atómica, espacial ou biológica.

- A comitiva empresarial que viaja com Paulo Portas estará adaptada a esta realidade?

A.G. – Se for da mesma tipologia das anteriores, temo que não leva Portugal a lado algum. Entretanto, também é importante referir que a China saiu para o exterior. Está a fazer a mesma caminhada que o Japão e a Coreia do Sul fizeram na década de 1960, criando focos de investimento muito bem pensados no tecido empresarial europeu, aquisição de empresas, participação no capital de empresas líderes de mercados e a aposta nos sectores da energia, electricidade, borrachas, transformação de petróleo. Tudo o que a China precisa. Este desenvolvimento é inteligente e foi pensado há 30 anos. São as prioridades e constam das 14^o plano de desenvolvimento.

- A diplomacia portuguesa tem reforçado o empenho no acordo de parceria estratégica, assinado em 2005. Isso é garante do quê?

A.G. – As informações que tenho tido de Portugal é que dessas reuniões não têm resultado frutos, em parte por culpa dos portugueses. Enquanto os chineses vão para os encontros com propostas, a parte portuguesa vai para reuniões com declarações de princípio e muita retórica vaga. Não há planos concretos para centrar a parceria, que está em banho-maria. Vamos ver se com o investimento na EDP – e talvez outros



“A parceria estratégica [entre Portugal e China] espera melhores dias e tem de ser mais do que retórica. Terá de evoluir”, sugere Arnaldo Gonçalves.

que também se falam – as coisas melhorem. Vamos também esperar pelo resultado da visita de Paulo Portas, que antecede a de Pedro Passos Coelho no próximo ano [em Xangai, o ministro indicou que o chefe do Governo português está a planear uma visita à China em 2013]. Terá de haver uma sequência realista destas conversações porque Portugal precisa da liquidez da China. E a Europa também.

- A economia portuguesa só sobreviverá se conseguir captar investimento chinês?

A.G. – A capacidade de financiamento que é necessária não existe na União Euro-

peia. E como não existe na União Europeia terá de vir de algum lado. Para Portugal e para os restantes países em dificuldades, a China ainda não mostrou como vai apoiar. Mas já disse que vai contribuir para um fundo do Fundo Monetário Internacional direccionado para o investimento. Essa é uma via. Como disse, a parceria estratégica espera melhores dias e tem de ser mais do que retórica. Terá de evoluir.

- Esta viagem de Paulo Portas pode marcar esse ponto de viragem?

A.G. – Já há uma alteração de rumo. O Governo está apostado em fazer as coisas de maneira diferente. Está a procurar con-

trolar o orçamento do Estado e a despesa pública. Para a fase das políticas de crescimento é necessário investimento através de empresas privadas ou proveniente do estrangeiro.

- Até que ponto o projecto lusófono chinês passa pela influência de Portugal?

A.G. – A China não precisa de Portugal para relacionar-se com o mundo lusófono. As relações com os países de língua oficial portuguesa são bilaterais e até o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa serve para pouca coisa. Do ponto de vista da feitura dos negócios, tudo é feito de forma bilateral.

- À semelhança de outros governantes estrangeiros que chegam ao Continente, o dossier “direitos humanos na China” não foi abordado por Paulo Portas.

A.G. – Não basta chegar à China e dizer que existem atropelos aos direitos humanos. É quase como entrar na casa de uma pessoa e dizer: “Obrigado por me receber, mas a sua casa é feia”. Um representante político não pode fazer isso. Paulo Portas fez bem e não é o primeiro. Outros representantes portugueses, como Mário Soares na qualidade de Presidente da República, fizeram o mesmo. Em Portugal, Soares atacava a China, mas quando chegava a Pequim emudecia.

- Hong Kong e Macau são também destinos de Paulo Portas. Qual será a agenda para as duas regiões administrativas especiais?

A.G. – Em Hong Kong, vai fazer uma declaração de circunstância: congratular a nomeação do novo Chefe do Executivo e a manutenção do sistema e da maneira de viver da região vizinha. Em Macau, fará uma intervenção sobre a confiança política que existe entre o Governo de Portugal e o Governo da RAEM. Andaremos à volta disso porque não há nada de novo. Não há problemas, nem nada de significativo a anotar.

- As supostas novas regras de fixação de residência de portugueses em Macau já foram desmentidas pelo Executivo. Mesmo assim, poderá ser um tema em destaque?

A.G. – Foi um problema burocrático criado por burocratas que aqui existem nos níveis intermédios da Administração Pública. Não haverá grande atenção a dar a isso. Seria uma estupidez, por parte da RAEM, criar dificuldades à fixação de portugueses. A RAEM existe pelo apoio da República Popular da China, mas sobretudo pelo legado português. Sem isso, não existia o português como língua oficial, o sistema jurídico e económico vigente ou a cultura local. Se retirarmos o traço português, o que é Macau?